

A atualidade do pensamento de Carlos Nelson Ferreira dos Santos

Rafael Soares Gonçalves*

Maíra Machado-Martins**

Resumo: O artigo se baseia no material publicado pelo arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos na *Revista de Administração Municipal* do IBAM. Elencam-se, primeiramente, elementos do seu pensamento em relação ao planejamento urbano. Posteriormente, experiências em relação ao trabalho de campo e a interdisciplinaridade de seu pensamento em duas trajetórias de pesquisa realizadas pelos autores: a análise das ocupações de edifícios abandonados na Avenida Brasil, realizada há 10 anos, por Machado-Martins; e a pesquisa de Gonçalves para compreender, em uma perspectiva histórica, as práticas de conformação e consolidação dos bairros informais a partir do estudo das favelas cariocas.

Palavras-chave: Ocupação; Favela; Planejamento urbano.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos certamente plantou sua semente. Com um percurso pouco comum, e personalidade peculiar, de acordo com depoimentos de amigos e colegas (Oliveira, 2009; Silva, 2009; Lopes, 2009; Toledo, 2009), o arquiteto urbanista registrou seu trabalho, metodologia e olhar em diversas áreas de conhecimento, contribuindo para desdobramentos de uma visão interdisciplinar sobre a cidade e a habitação.

Formado em Arquitetura e Urbanismo pela FAU/UFRJ em 1966, Carlos Nelson ingressou na vida profissional no momento em que os princípios do Urbanismo Modernista ainda se difundiam como grandes soluções para as cidades brasileiras. Da “prática teórica” e idealizada sobre a cidade, assegurada pelo ambiente universitário, Carlos Nelson, armando-se do autodidatismo, mergulhou na compreensão da realidade das favelas, que enfrentavam, neste momento, os planos de remoção que se tornariam uma marca profunda

e inesquecível na história da habitação popular do Rio de Janeiro. Em meio a uma política de remoções, Carlos Nelson se destacou, ainda recém-formado e junto com uma equipe de arquitetos, pelo trabalho desenvolvido na favela de Brás de Pina, uma das primeiras experiências de urbanização de favelas no Rio de Janeiro, desenvolvida pela Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO).

* Advogado e historiador. Doutor em História e Civilização (Université de Paris VII). Professor adjunto II do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Pesquisador CNPQ (PQ 2) e Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ).
Endereço eletrônico: rafaelsgoncalves@yahoo.com.br

** Arquiteta Urbanista. Doutora em Urbanismo (Université Paris-Est). Professora e Coordenadora de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio.
Endereço eletrônico: maira_martins@puc-rio.br

Da experiência em favelas, Carlos Nelson e os sócios da Quadra Arquitetos Associados¹ provaram que, além de possível, era fundamental a participação da comunidade em todas as etapas do plano de urbanização. O olhar do jovem grupo de arquitetos sobre este processo revela o quanto estavam a frente do seu tempo, pois em um momento em que o urbanismo modernista pregava um funcionalismo positivista, racionalista e tecnocrático, colocando a Arquitetura como chave para o progresso e o arquiteto como mentor especial desse movimento, a equipe da Quadra, ao contrário, empregou uma metodologia de “projetar de baixo para cima”, que vai de encontro ao senso comum, dialogando com os moradores como projetar com eles, e não para eles.

Ainda quando trabalhava com a Quadra, Carlos Nelson conhece Luiz Antonio Machado da Silva e Anthony Leeds, iniciando seu “flerte” com as ciências sociais. Em 1971, recebe uma bolsa como pesquisador visitante no Massachusetts Institute of Technology - MIT. Segundo os próprios relatos, Carlos Nelson prossegue seu percurso acadêmico, de forma definitiva, na Antropologia, quando se convence da necessidade de munir-se de outras ferramentas de conhecimento, além do técnico e do autodidatismo, para continuar atuando de forma prática no mundo real.

A dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ deu origem ao livro *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro* (1981), que se tornou obra clássica e obrigatória em qualquer curso sobre favelas e habitações populares, em qualquer formação ou disciplina. A multidisciplinariedade será um elemento central na sua produção acadêmica, assim como nas equipes que coordenou. Segundo Isabel Cristina Eiras, a multidisciplinaridade foi a marca da passagem de Carlos Nelson pelo IBAM (Freire e Oliveira, 2002: 122). Ele mesmo se autodenominava um “antropoteto” (Santos, 1980: 44).

Sua atuação no planejamento urbano brasileiro foi de suma importância, momento em que atuava na chefia do Centro de Pesquisas Urbanas (CPU) do IBAM, de 1975 até a sua morte, em 1988. O trabalho e a metodologia desenvolvidos por Carlos Nelson e sua equipe no planejamento de novas cidades em áreas ainda despovoadas no território brasileiro, que ainda vivia a euforia de Brasília, foi determinante para iniciar a mudança de paradigma. O IBAM se tornou uma importante escola do pensamento urbanístico, sob a liderança de Carlos Nelson, influenciando gestores e a própria academia. Além da sua atuação profissional no planejamento urbano, Carlos Nelson contribuiu de forma determinante para o seu ensino, como professor do curso de geografia econômica industrial da UFRJ e da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF e através das numerosas produções e publicações acadêmicas e técnicas. Em 1984, doutora-se pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU/USP, com a tese *Formações Metropolitanas no Brasil*.

Publica, em 1988, o livro *A Cidade como um jogo de cartas*, originado de sua tese apresentada para o concurso de professor titular da Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFF, em 1985. Essa obra é um dos exemplos do seu legado na área do planejamento, como prática e como reflexão crítica, tão importantes



¹A Quadra Arquitetos Associados era formada por Carlos Nelson Ferreira do Santos, Sylvia Wanderley, Sueli de Azevedo e Rogério Aroeira Neves.

e ainda urgentes no ensino da Arquitetura e Urbanismo. Sua visão “teórico-prático” ou do “prático-teórico” contribuiu e ainda contribui de forma especial para formação dos profissionais. Carlos Nelson perseguia a ideia de que a pesquisa e achados teóricos deveriam repercutir na prática profissional (Silva, 2009).

Neste artigo, desejamos trazer o legado de Carlos Nelson, no que diz respeito a sua metodologia de atuação, seu pensamento e prática profissional, para discussões e pesquisas realizadas atualmente. Não temos a pretensão de abordar a vastidão de temáticas trabalhadas por Carlos Nelson, nem situá-las no contexto do pensamento urbanístico da época. O nosso objetivo, aqui, é debater como o pensamento de Carlos Nelson influenciou as nossas pesquisas sobre o urbano, reforçando, a partir do nosso relato, a atualidade e importância de se retomar o pensamento desse autor.

A atualidade da crítica de Carlos Nelson ao planejamento urbano

Carlos Nelson foi uma referência intelectual e política do seu tempo. A sua atuação acadêmica, assim como o seu trabalho no IBAM, permitiu forte irradiação do seu pensamento no país e mesmo em outros países. Maria Lais Pereira da Silva sublinha que Carlos Nelson era uma pessoa muito difícil, ao mesmo tempo polêmica e pioneira. Segundo a pesquisadora, muito do que se escreve atualmente sobre os estudos urbanos já aparecia nos textos de Carlos Nelson (in Freire e Oliveira, 2002: 107).

Foi um árduo crítico de correntes de pensamentos urbanísticos que encaravam as massas pobres urbanas como criadoras de dificuldades, como um ônus para a sociedade (Santos: 1977: 14). Nesse sentido, Carlos Nelson deu grande centralidade à temática do cotidiano dos cidadãos, já que, para ele, as discussões teóricas indicavam certas coisas e a cidade, por sua vez, apresentava outras (Isabel Cristina Eiras in Freire e Oliveira, 2002: 127). Carlos Nelson, já no final da década de 1970, critica a incipiência dos estudos urbanos sobre as ações cotidianas e as formas habituais de ocupação do espaço (Santos: 1977: 28). Sublinhava a importância de

compreender o cotidiano urbano pela noção de abairramento, compreendendo as relações de interdependência do bairro com o espaço que domina (Santos, 1980: 42). Apesar de já reconhecer a existência de alguns trabalhos sobre as favelas, admitia que tais experiências se limitavam ao micro e não eram utilizadas também para pensar o metropolitano.

Carlos Nelson foi também um crítico ao urbanismo tecnocrático de cunho modernista, que influenciou profundamente o planejamento urbanístico do Brasil. Foi um crítico ferrenho a posição que o arquiteto assumiu na sociedade brasileira, sobretudo após Brasília. Para ele, era preciso criticar a “crença ingênua de que um espaço concreto possa assumir papel determinante de mudanças sociais. Brasília prova a insensatez de tal utopia e ao mesmo tempo se revela perfeita na distopia da prática” (Santos, 1980: 15). Segundo Carlos Nelson, esse tipo de planejamento era rígido demais e não dialogava com as práticas urbanas concretas. Para ele, era preciso entender estas práticas e orientá-las (Santos, 1980: 16). Era preciso, segundo o arquiteto, considerar a cidade como forma expressiva em si mesma que informa e conforma a sociedade.

Para ele, o planejador-urbanista seria “um especialista em ler as metáforas fortes propostas pelo espaço, decodificá-las em outras linguagens, medir os impactos e fazer sugestões de uso político imediato (Santos, 1985: 44). Segundo Carlos Nelson, há uma grande dificuldade do urbanismo de propor projetos abertos (Santos, 1980: 46), ou seja, vazios de significados de forma que as práticas urbanas se apropriassem dessas áreas e as conformassem a partir das demandas e necessidades do cotidiano. Não cabe ao urbanista querer tudo zonear, disciplinar e conceituar. Ele afirma que não se tratam de nossas cidades que estão necessariamente erradas, mas sim “a maneira em que estão sendo apropriadas, com uma terrível simplificação dos seus significados, sem nenhum respeito pelas representações a que correspondem” (Santos: 1982: 9).

Segundo Maria Lais Pereira da Silva, Carlos Nelson afirma que no caso do Brasil, qualquer coisa que se faça para melhorar, é ótimo para

a cidade. Ele defendia que dever-se-ia fazer coisas que potencializassem o que já existe. Não se deveria pensar em grandes esquemas ou grandes planos. Mesmo que se tivesse uma ideia do que se poderia ocorrer, sempre aconteceria de forma diferente, sempre produzindo uma nova e diferente síntese. “E a cidade é feita de sínteses. Na hora em que se mexe nela, outras sínteses surgem.” (in Freire e Oliveira, 2002: 115).

Carlos Nelson foi muito crítico às construções teóricas sobre o urbano no Brasil. Maria Lais Pereira da Silva, por exemplo, nos relata que Carlos Nelson foi muito criticado pelos marxistas. Ele dialogou bastante também com autores paulistas, debatendo, por exemplo, a interpretação limitadora da periferia somente como a expressão espacial da superexploração do trabalho. Nesse quadro de subsistência e de espoliação urbana, a casa só teria valor de uso. Segundo Maria Lais Pereira da Silva, Carlos Nelson compreendia a casa do pobre não só pelo seu valor de uso mas também pelo de troca, ou seja, essa casa era abrigo, mas também poderia ser transacionada no mercado com possibilidade de lucro (in Freire e Oliveira: 2002: 112). Como veremos, ele criticava interpretações simplistas e limitadoras das práticas ali existentes. Não compreendia a população dessas áreas como massa manipulável, mas plenamente ativa.

Abordou, ainda, uma série de questões emergentes sobre as cidades. Em artigo de 1987, Carlos Nelson analisa o nó fundiário das cidades brasileiras através do relato de sua experiência de pesquisa em Roraima, onde foi convidado para planejar cidades no meio da floresta. Segundo ele, em lugares onde só havia “seiscentos habitantes, já existia profunda e aguda escassez de terras” (Santos, 1987: 40). Abordou também o fenômeno dos condomínios fechados, que se expandiram nas grandes cidades brasileiras desde os anos 1970. Com seus comentários ácidos, afirmou que tais condomínios são um sucesso no que se refere à segregação espacial e desagregação urbana. Para ele, esses condomínios eram a maior ameaça já enfrentada pelas cidades brasileiras (1980: 25).

Discutiu também a questão de centro e periferia. Entendia por periferização mais do

que a localização distante do núcleo. Para ele, o conceito incluía também “a não acessibilidade ao consumo de bens e serviços que, embora produzidos socialmente, são apropriados e consumidos somente no núcleo urbano (Santos, 1977: 10). Para analisar essa questão, utilizou o modelo de Brasília para discutir a institucionalização de um modelo segregador e elitista. Dentro de um contínuo de dependência, afirmou que Brasília representava o polo cêntrico, mantendo toda a região como sua periferia. Para ele, a “riqueza de Brasília tem, como contrapartida direta, a miséria do seu entorno. De fato, “progresso” também é empobrecimento” (Santos, 1980: 13).

Foi, finalmente, um forte crítico ao “gigantismo sem precedentes do papel do Governo federal como provedor central e distribuidor onipresente das facilidades oferecidas ao consumo da população das cidades” (Santos, 1977: 15). Criticou a tendência de um centralismo decisório acentuado após o golpe de 1964, o que limitava a autonomia dos poderes locais para enfrentar os desafios urbanos. Esse tipo de reflexão coadunava com a própria missão do IBAM em capacitar e fortalecer o municipalismo em um esforço de descentralização administrativa. A Constituição de 1988 absorve parcialmente essas premissas.

O arquiteto e o campo, ou a relação além do espaço construído

Muitas das críticas construídas por Carlos Nelson há 30 ou 40 anos ainda se apresentam como questões a serem vencidas e trabalhadas, não somente no que diz respeito ao planejamento urbano, como tratado acima, mas também na construção de uma abordagem interdisciplinar para a atuação dos arquitetos em favelas e bairros informais. A pesquisa empírica sobre as ocupações na Avenida Brasil, iniciada em 2006 e que será apresentada adiante, se apoiou nesta abordagem e se desenvolve em permanente diálogo com outros campos disciplinares.

As ocupações pesquisadas, denominadas “condomínios populares” (Machado-Martins, 2015), apresentam uma nova forma de morar, caracterizada pela ocupação, por uma população de baixa renda, de imóveis de função

industrial abandonados e sua reconversão em moradia pelos próprios habitantes. Tais ocupações se iniciaram no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000 e se situam nas margens da Avenida Brasil, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, localizadas entre a referida Avenida e a via férrea onde opera a companhia de trens urbanos Supervia. Três ocupações foram pesquisadas: “Condomínio Areias Brancas”, “Batidão” e “Monte Castelo”, a última foi escolhida como estudo de caso sob uma perspectiva etnográfica.

A pesquisa se dividiu em duas fases, de acordo com a continuidade do trabalho de campo: a primeira fase, de 2006 a 2009, gerando a tese de doutorado defendida em 2011 na Université Paris-Est (Machado-Martins, 2014); e a segunda, realizada entre 2013 e 2015. As duas fases da pesquisa marcam entendimentos, buscas e aprofundamentos diferentes em relação às bases conceituais e técnicas mobilizadas, no campo da arquitetura, da antropologia e sociologia, que permitem estabelecer uma relação com o percurso e olhar de Carlos Nelson Ferreira dos Santos sobre sua atuação em diversos campos e no desenvolvimento de suas pesquisas, notadamente seu trabalho desenvolvido em favelas (Santos, 1980; 1981; 2009).

Na primeira fase da pesquisa no “Monte Castelo”, o trabalho realizado nos “condomínios populares”, levou a uma busca para o entendimento do espaço de moradia que ali se construiu, e se transformava incessantemente, que ultrapassava os limites da formação de Arquiteto e Urbanista da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa sobre a gênese das ocupações e as hipóteses que foram se construindo despertaram a possibilidade de formação de um novo olhar, o de “socioteto” ou “antropoteto”, nos termos de Carlos Nelson Ferreira dos Santos já mencionado anteriormente. A necessidade de outras bases, técnicas e teóricas, surgiu primeiramente de um entendimento que a aproximação com as pessoas, no campo de estudo, deve ser construída, e merece uma atenção especial. Estar atento para ouvir, saber perguntar e aprender a observar foram os três alicerces para a construção de um conhecimento que deveria

se consolidar progressivamente ao longo de dez anos de pesquisa de campo nas ocupações da Avenida Brasil.

Da busca pela compreensão do espaço construído de moradia, sua gênese e da frequência das ocupações, vieram as entrevistas, muitas em forma de conversa, com os primeiros ocupantes. As histórias e memórias do início da ocupação, aliadas as observações de campo teceram as hipóteses de construção sobre um segundo espaço, o social. Foram identificados três grupos formados por moradores, representando suas alianças e suas visões sobre a liderança e forma de gestão da ocupação, marcando suas posições também fisicamente dentro do “Monte Castelo”: cada grupo se reunia em um bar específico, como uma espécie de “quartel general”. As relações entre os grupos e sua localização no espaço da ocupação aparece como algo determinante na compreensão do processo de ocupação dos locais e também dos conflitos, inerentes a qualquer forma de moradia coletiva. Da mesma maneira que Carlos Nelson dos Santos identificou que as divisões internas da população do Morro Azul obedeciam a critérios geográficos (Santos, 1981: 132-136), a verificação dos grupos no Monte Castelo iniciou a pesquisa em busca das bases sócio antropológicas que seriam fundamentais para compreender os diferentes significados daquele espaço de moradia para seus habitantes. A análise e observação das casas revelou, como em Brás de Pina, que elas são representativas da maneira como o habitante se coloca, não somente em seu espaço de moradia, mas também diante da sociedade. Algumas fachadas e interiores de casas se destacavam no Monte Castelo, inclusive pelo fato dos próprios habitantes as elegeram como as mais bonitas da ocupação.

A segunda fase da pesquisa nas ocupações marca uma ruptura importante do trabalho de campo, provocando uma descontinuidade no processo de pesquisa. Ocorreu assim um distanciamento em relação aos interlocutores envolvidos desde o início da pesquisa e também no próprio olhar da pesquisadora em relação ao campo. Este fato contribuiu para o início de uma análise sobre as transformações, ao longo



Exemplo de duas casas no Monte Castelo, onde interior e fachada se destacavam das demais casas da ocupação. Foto: Maíra Machado-Martins, setembro/2009.

do tempo, em relação ao espaço construído, à sociabilidade e às representações da moradia para seus habitantes. As transformações observadas na segunda fase da pesquisa e a análise do material obtido na primeira fase mostravam claramente a mutualidade existente entre o desenvolvimento do espaço de moradia e as relações que ali se estabeleciam, tanto dos habitantes entre si, quanto dos habitantes com o dito espaço. O espaço construído e a sociabilidade e práticas dos moradores foram observados em uma perspectiva de continuidade no tempo, onde foram identificados três momentos da ocupação Monte Castelo:

1. o início da ocupação, suas dificuldades e os vínculos que se estabeleceram no momento de construção das primeiras casas;
2. o momento de consolidação das residências e do espaço e de equipamentos coletivo (piscina, quadra e praça), que valoriza o lugar e atrai novos moradores, gerando crescimento acelerado e não suportado pela estrutura física, onde os vínculos se limitam

3. aos moradores mais antigos;
3. o momento de degradação, tanto do espaço físico quanto das relações, onde a alta rotatividade de moradores na ocupação impossibilita o estabelecimento de vínculos entre habitantes (sobretudo de vizinhos) e destes com o espaço comum (Machado-Martins, 2016). O processo de degradação se inicia quando não há mais apropriação do espaço coletivo, ou seja, quando não há mais significação e atribuição de valor a este espaço (Vogel; Mello, 1983).

O campo empírico e a frequência de um meio desconhecido no que se refere as formas de vida, relações, história e formação, é determinante na desconstrução de ideias concebidas a priori, apresentando uma nova realidade que jamais poderia supor sem esta permanência no campo. Carlos Nelson relata que a sua frequência da favela como arquiteto fez dissolver ideias prontas e foi de encontro ao que se podia esperar do profissional que desejasse trabalhar nestas áreas de moradia.

A inserção nas ocupações muito se assemelha a esta experiência do arquiteto, na medida em que a imagem em que fazíamos daquela forma de moradia se aproximava, no nosso imaginário, à realidade das ocupações militantes que aconteciam naquele momento, em grande número, na região central do Rio de Janeiro. Grupos de pessoas sem teto se organizando com o apoio dos Movimentos de Luta pela Moradia para ocupar edifícios públicos abandonados e sem uso, criando formas de autogestão e resistência naqueles espaços, para também denunciar o grave problema do déficit habitacional para as camadas populares e a falta de política pública eficaz para a sua resolução. As ocupações da Avenida Brasil, ao contrário, em nada se assemelhavam às formas de ocupação, organização e objetivos das ocupações militantes que ocorriam no centro, já que se tratava, sobretudo de uma área de domínio de milícia. Esta constatação foi possível depois da frequentação e do desvio do olhar para além das questões ligadas ao ambiente físico do espaço reconvertido, de usina para habitação coletiva com espaços e equipamentos comuns, atraindo o olhar do arquiteto como neófito.

O historiador e a atenta observação da ordem por detrás da aparente desordem

A História, como disciplina, só tangencialmente tem tratado do tema dos bairros informais, embora seja comum que sociólogos, arquitetos, antropólogos, entre outros, recorrem constantemente à História para analisar essas formas de moradia e a mobilização dos moradores de favelas, mocambos e periferias como atores na luta pelo direito à cidade. As favelas cariocas, por exemplo, foram constantemente compreendidas como epicentros da marginalidade e simples reflexo de um modelo econômico. No entanto, uma reflexão mais fina sobre a informalidade urbana permite compreender práticas complexas de mobilização política com a construção, por parte de moradores, de um forte significado simbólico aos seus locais de moradia. O esforço de aproximar a História do estudo da favela e

demais formas de moradia parte do pressuposto que essas formas não são um dado em si, e por isso, estudá-las a partir de suas construções no tempo é uma imprescindível contribuição que a disciplina histórica pode oferecer. Nos estudos que viemos fazendo sobre a história das favelas cariocas, o pensamento de Carlos Nelson Ferreira dos Santos foi importantíssimo (Gonçalves, 2013, 2015, 2016). A sua compreensão do fenômeno urbano e, mais especificamente, da informalidade urbana sai do senso comum até então existente.

Para Maria Lais Pereira da Silva, uma grande influência de Carlos Nelson foi o inglês John Turner, arquiteto e urbanista que desenvolveu durante anos um trabalho nas barriadas de Lima, no Peru, e divulgou a perspectiva do urbanismo “de baixo para cima”, ou seja, a partir dos moradores (Freire e Oliveira, 2002, 109). A moradia, de acordo com John Turner (1977: 79), deve ser compreendida como um processo e não simplesmente como unidade de habitação. Ainda segundo Turner (1972: 272), os povoamentos de favelas não constituem barreiras para a aculturação urbana nem sequer como barreiras para a ascendente mobilidade socioeconômica. Segundo o autor, sem uma cuidadosa qualificação dessas áreas, “é impossível a generalização” (Turner, 1972: 269). Como a ocupação de terras foi historicamente considerada ilegal, as construções levantadas não existiam oficialmente. As autoridades não podiam tratar esses ocupantes como tratariam os demais cidadãos. Assim, se os ocupantes não podiam ser removidos, em geral eram ignorados. (Turner, 1972: 262).

Carlos Nelson corrobora com esse entendimento quando afirma que os moradores de favelas, historicamente, foram acusados de muitos males urbanos, verdadeiros e/ou imaginários, tornando-os “sujeitos de culpa atribuída” (Santos, 1982: 12). Em que pese à ausência de planos urbanísticos na formação das favelas, tais espaços não escapam da presença dos poderes públicos. O grau de tolerância por parte dos poderes públicos se explica muitas vezes por um cálculo político complexo e podem variar de acordo com o contexto histórico. Ele sublinha, ainda, que a

“questão do morar e, em particular, a questão do morar para os pobres é, pois o reflexo, em um nível e em uma determinada instância particularizada, de um processo histórico mais geral” (Santos, 1982: 10).

Ele procura analisar as favelas dentro do processo de metropolização. Para ele, muitas favelas constituíram uma alternativa importante de acesso à moradia em áreas centrais (Santos, 1977: 16). O verdadeiro “desenvolvimento urbano”, não o pretendido e idealizado, mas o que está acontecendo mesmo no Rio é ditado, segundo o arquiteto, pelo acesso ao poder de “desfrutar” o espaço metropolitano e de tirar o melhor partido dele (Santos, 1977: 30). Nesse sentido, afirma que a “solução” do problema das favelas, através das remoções dos favelados para áreas periféricas, gerou um problema mais amplo do que o que queria sanar (Santos, 1982: 12). Foi crítico das remoções, afirmando que já estava comprovado que remover favelas é um ato violento e destrutivo. Para ele, insistir em erradicações arbitrárias é continuar “demonstrando a falta de respeito social e político pelos interesses da grande massa” (Santos, 1982: 17).

Santos identifica, ainda, que a informalidade exerce uma função social e que qualquer intervenção nesses espaços pode suscitar riscos de expulsão de populações precariamente assentadas. Segundo Carlos Nelson, esse processo poderia ser direto ou indireto, ou seja, ou sairão “por conta própria, para capitalizar de imediato as vantagens introduzidas; ou acabarão sendo expurgados com o tempo, porque há fenômenos de “capitalização marginal” em curso na Periferia também (Santos, 1977: 33). Da mesma forma, ele já apresentava uma compreensão fina do regime informal de urbanização. Segundo Carlos Nelson, o formal e o informal na Região Metropolitana do Rio seriam um par de opostos necessários, complementares e lógicos frente ao que esta região simboliza. Para ele, espaço Informalmente ocupado e mercado de trabalho informalmente constituído estão viabilizando uma enorme parte do Rio no momento (Santos, 1977: 34).

A sua compreensão pressupunha uma crítica aos preconceitos imputados aos favelados e

seus moradores. Segundo Carlos Nelson, há um forte preconceito ideológico naturalizado na sociedade: “Os pobres empestevam a cidade.” e a sentença que lhes era atribuída era o banimento: “Um banimento que já inequivocamente favorecia os interesses do poder e do Capital” (Santos, 1982: 12). No entanto, para o arquiteto, a semelhança das soluções dos favelados com as outras mais “eruditas” não era de surpreender. Para ele, isso só provaria que eles não têm nenhuma “cultura isolada” e que participam e respondem como podem ao sistema econômico que determina a conformação da sociedade urbana mais ampla, da qual são parte constituinte e imprescindível ao seu funcionamento. Para ele, a apropriação de modelos espaciais está ligada às estratégias do cotidiano, já que as soluções das necessidades do dia-a-dia são dadas pela própria ação de vivê-las (Santos, 1980: 18 e 19).

O seu pensamento conduziu a uma compreensão mais fina da realidade existente nas favelas. Para ele, em suas próprias palavras, “a medida que fui me familiarizando com aquele universo, fui me dando conta que estava cheio de ordens e códigos (Santos, 1980: 42). Segundo Maria Lais Pereira da Silva (Freire e Oliveira, 2002, 109), Carlos Nelson fez uma importante inversão no tratamento vigente nas pesquisas sobre pobres e favelados: “primeiro, transformou-os de objeto em sujeito do trabalho de pesquisa. Segundo, passou a dar aos investimentos feitos pelos moradores nas favelas importância do ponto de vista patrimonial e arquitetônico. Terceiro, reconheceu que os favelados sabem o que querem, têm suas prioridades inclusive simbólicas; isso é fundamental no seu pensamento”.

Carlos Nelson foi extremamente importante para o pensamento sobre as favelas cariocas, sendo até hoje um dos seus maiores teóricos. Para ele, o favelado não entende o morar na cidade como mero exercício de sobrevivência. Ele deseja “entrar na festa” e faz esforços para isso. Afirma que os favelados tiram todo o partido possível das situações que vivem e tentam reproduzir, à sua escala, os mecanismos do sistema urbano/capitalista ao qual estão submetidos. Sublinha, ainda,

que os moradores de favelas não separam, em suas práticas cotidianas, valor de uso de valor de mercado de suas moradias, conforme evocamos anteriormente. Afirma que, mesmo usando meios não convencionais, são capazes de mostrar se com pleno domínio de suas necessidades de espaço e sabem como projetá-las, ou seja, ele defende a necessidade de dialogar com as práticas concretas dos usos ali existentes, não havendo sentido em fazer o oposto, ensinando-lhes teorias de arquitetura. Por fim, conclui que os favelados não estão segregados e marginalizados onde vivem, e que “as suas especificidades culturais próprias parecem essenciais as suas estratégias de sobrevivência” (Santos, 1977: 27).

A atualidade e pertinência do seu pensamento foi extremamente importante para nossas pesquisas históricas sobre os bairros informais e, em especial, as favelas cariocas. Rejeitando qualquer forma de naturalização dessa realidade, Carlos Nelson nos estimulou a historicizar a evolução das favelas de forma a evitar generalizações simplistas e superficiais. Assim como descrito nas pesquisas de Maira Machado-Martins, a experiência do nosso antropólogo nos estimulou a escutar atentivamente os moradores através da história oral e de buscar, de forma criativa, novas fontes documentais sobre as favelas cariocas.

Conclusões

Dentro do que foi exposto sobre as duas pesquisas atuais, de Maíra Machado-Martins e Rafael Soares Gonçalves, fica claro que as questões, críticas e propostas de Carlos Nelson, imortalizadas em diversas obras, artigos e realizações, merecem ser ainda discutidas e exploradas. Poderemos, assim, pensar os rumos do planejamento das cidades, sua construção democrática, e a inclusão da moradia informal neste debate.

A observação, o trabalho de campo,

as conversas e entrevistas com usuários e moradores, considerando-os como interlocutores essenciais no processo de elaboração projetual ou de pesquisa, devem ser entendidos como instrumentos privilegiados nos estudos de caso de habitação informal e popular. Desta forma, a habitação poderá ser compreendida também como parte de um processo maior, mas que também apresenta seu próprio processo de desenvolvimento.

Certamente houve avanço na relação entre as discussões teóricas e o que encontramos hoje, de fato, nas cidades. Talvez possamos dizer que há maior análise dos fatos urbanos e seus processos, aproximando prática, realidade e teoria. Mas, o que diria Carlos Nelson, se vivesse no Rio de Janeiro de hoje? Dos desdobramentos de áreas faveladas localizadas na Zona Sul e nas áreas suburbanas, dos projetos para moradia popular como o Minha Casa Minha Vida, dos processos de remoção, como o caso da Vila Autódromo?

Uma afirmação podemos fazer: nada é completamente novo. E se o espaço ainda pode ser considerado um produto histórico e se a história dos homens, independente do período que se trate, se definirá a partir de espaços inventados por eles para que ali acontecesse sua história (Santos, 1980: 51), é sinal de que, assim como as histórias podem ser contadas de formas distintas, os espaços que se erguem também podem ter diferentes interpretações, donos e hierarquias. A cidade continua como um jogo de cartas, onde surgem novas combinações de jogos possíveis, novos atores e novas parcerias. Observamos que novos modelos de cidade emergem, provavelmente diferentes daqueles observados por Carlos Nelson no momento em que se diplomou arquiteto, e suscitam, por sua vez, novas estratégias de resistências como descrevemos brevemente neste artigo: os participantes se mantêm no jogo, adaptando-se à forma de jogar.

Referências Bibliográficas

FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/ FGV*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: história e direito*. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2013.

_____. Da aldeia do mal ao risco ambiental: breves apontamentos para uma história concisa das favelas cariocas. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de; et. al. *Rio de Janeiro: Histórias concisas de uma cidade de 450 anos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação, 2015, p. 189-199.

_____. Les favelas de Rio de Janeiro: informalité urbaine et droit à la ville. *Tous Urbains*, Lyon, v. 4, p. 45-48, 2016.

LOPES, Alberto. Carlos Nelson e as cidades: o que diria ele hoje a respeito? *Municípios-Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, ano 54, n.271, p.21, 2009.

MACHADO-MARTINS, Maira. *Habiter une ancienne usine à Rio de Janeiro: les invasions de l'Avenida Brasil*. Paris: L'Harmattan, 2014.

_____. Pensando alternativas para a habitação popular: a reconversão de usinas na Avenida Brasil. In: LIMA, Roberto K.; MELLO, Marco Antonio S.; FREIRE, Leticia L (orgs). *Pensando o Rio: políticas públicas, conflitos urbanos e modos de habitar*. Niterói: Intertexto, 2015, v. 1, p. 57-74.

_____. Conflitos na moradia popular informal: observações sobre a transformação dos "condomínios populares" da Avenida Brasil. In: CUNHA, Neiva V.; FREIRE, Leticia L; MACHADO-MARTINS, Maira; VEIGA, Felipe B. (orgs). *Antropologia do conflito urbano: conexões Rio-Barcelona*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras. Amigo hoje e sempre. *Municípios-Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, ano 54, n.271, p.22-24, 2009.

SILVA, Maria Lais Pereira. Desconstruindo o estigma da favela. *Municípios-Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, ano 54, n.271, p.19-20, 2009.

TOLEDO, Luiz Carlos. Saraus de arquitetura e urbanismo. *Municípios-Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, ano 54, n.271 p.31-32, 2009.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Transporte de massa: condicionadores ou condicionados? *Revista de Administração Municipal*, Edição 25 anos, ano 24, n.144, p.13-31, 1977.

_____. Metaurbanização - o caso do Rio de Janeiro. *Revista de Administração Municipal*, ano 25, n.149, p.6-34, 1978.

_____. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo? In: VELHO, Gilberto (org). *O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1980, p.37-57.

_____. Condomínios exclusivos - o que diria a respeito um arqueólogo? *Revista de Administração Municipal*, ano 28, n.160, p.6-29, 1981.

_____; Bezerra, Jaerson Lucas. Brasília, o paradoxo das três vocações concentradoras. *Revista de Administração Municipal*, ano 28, nº155, p.7-16, 1980.

_____. Como projetar de baixo para cima - uma experiência em favela. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, ano 27, n.156, p.6-27, 1980.

_____. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. A Desordem é só uma Ordem que Exige uma Leitura mais Atenta. *Revista de Administração Municipal*, ano 29, n.165, p.6-17, 1982.

_____. Quase Quinhentos Anos de Planejamento Autoritário - e agora? *Revista de Administração Municipal*, ano 32, n.176, p.40-45, 1985.

_____. As cidades, os comportamentos e as leis. *RAM - Revista de Administração Municipal*, ano 35, nº186, p.38-44, 1988.

_____. A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta. *Municípios - Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, ano 54, n.271, p.11-17, 2009.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva. Lições da rua: o que um racionalista pode aprender no Catumbi. *Arquitetura Revista*, Rio de Janeiro, FAU/UFRJ, v.1, n.1, p.67-79, 1983.